

Orçamento de 91 prevê diminuição dos gastos

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor encaminhou ontem ao Congresso Nacional um austero projeto de lei orçamentária para 1991, que prevê um corte de 10% nos gastos de custeio da União (incluindo a folha de pessoal), de 50% nas despesas com publicidade e propaganda, outros 30% na locação de mão-de-obra e de 15% nas diárias e atividades de consultoria. Mesmo assim, segundo exposição de motivos da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, será de 3% o crescimento da economia brasileira no próximo ano, com previsão de superávit nas contas públicas equivalente a 1% do Produto Interno Bruto (PIB).

A receita total da União para 1991 foi estimada em Cr\$ 8,6 trilhões e os investimentos das empresas estatais fixado em Cr\$ 838,9 bilhões. A fatia mais substancial dos investimentos públicos no próximo ano ficou por conta do Ministério da Infra-Estrutura (Cr\$ 672,3 bilhões), que concentra empresas do porte da Eletrobrás, Petrobrás e

Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

De acordo com a ministra da Economia, a proposta orçamentária para 1991 foi elaborada com o “objetivo de promover a racionalização dos gastos e a eliminação do déficit público”. Sendo assim, continua a ministra, a reforma administrativa será mantida no próximo ano como instrumento do “processo permanente de combate ao desperdício e de adequação do Estado às suas legítimas finalidades, visando o máximo de benefício dos serviços públicos aos cidadãos, criando condições para o crescimento econômico do setor privado e o conseqüente desenvolvimento social do país”.

O projeto de lei orçamentária foi elaborado pelo Ministério da Economia levando em conta os preços vigentes em maio de 1990, incluindo o Orçamento Fiscal, de Seguridade Social (Previdência) e o de Investimento das Empresas Estatais.